

A Administração como repto das dimensões sociais e ambientais: uma leitura a partir do sistema produtivo em Casas de Farinha¹

Marisa Oliveira Santos²

Maristela Miranda Vieira de Oliveira³

Resumo: Atualmente, as ações e os efeitos antrópicos no meio ambiente têm sido motivo de inferências e questionamentos. O homem do século XXI é um urbanita, o que demanda a utilização de recursos em quantidade inversamente proporcional ao que a natureza dispõe e coaduna com a sobrevivência neste Planeta. Na medida em que a sociedade se posiciona em face do que é propalado sobre esse tema, um dos maiores desafios é a conciliação entre produção, desenvolvimento e sustentabilidade. O presente trabalho vem questionar como as Casas de Farinha contribuem para os impactos sociais e ambientais oriundos do processo produtivo na comunidade de Campinhos em Vitória da Conquista – BA. Para tanto, em 2009, foram entrevistados moradores de 25 casas e, paralelamente, com o auxílio do RIMA⁴, completou-se o pleito deste estudo. O repto desta pesquisa coaduna com a descrição física do modelo de

¹ Esse artigo foi produzido em parceria com o Prof. Dr. Max de Menezes, *in memoriam*, ex Professor da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Bahia, Brasil.

² Graduada em Administração pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela UESC. Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) da UESB. E-mail: momarisa@gmail.com

³ Graduada em Administração pela UESB. Mestre em Políticas Públicas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professora Titular do DCSA da UESB. E-mail: maristelamvo@gmail.com

⁴ O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) reflete todas as conclusões apresentadas no Estudo de Impactos Ambientais (EIA).

produção existente e com os principais impactos sociais e ambientais verificados. As Casas de Farinha contam com pequenos produtores, produção tradicional, ambiência artesanal e primária em toda a cadeia produtiva e cadeia agroindustrial, de caráter familiar. A palavra Casa, para o empreendimento, remete à ideia de morada, família, espaço e união.

Palavras-chave: Casas de Farinha. Impacto. Desenvolvimento. Sustentabilidade.

The management challenge of social and environmental dimensions: a reading from a craft production system in Flour Mills.

Abstract: Nowadays, the actions and the anthropogenic effects on the environment have been the subject of several questions and inferences. The XXI century man is an urbanite, which requires the use of resources less proportional to what nature provides, and that is indirectly consistent with the survival of life on this planet. While the society forms an opinion about what is discussed, one of the biggest challenges is the balance between production, development and sustainability. The present work, through an original methodology, questions how agro-processing enterprises of cassava processing units – Flour Mills – contribute to generate social and environmental impacts from production process applied, and the identification of the main social impacts in *Campinhos* community, in *Vitória da Conquista* – BA, 25 houses were interviewed in 2009, and enriching use of the interpretation of RIMA built for the purpose of research. The challenge of this research is consistent with the physical description of the production model applied, and the identification of the main environmental and social impacts from agro-industrial enterprise under discussion. Flour Mills have small producers, with an agro-family production that resembles old production models prevailing, in all the Houses, the primary craft ambience from the beginning of the productive chain to the end of its process, and reveres by the sharp characterization form the degree of kinship, blood ties and / or emotional, the word House to the enterprise characterizes the activity and refers to the idea of home, family, space and union.

Keywords: Flour Mills. Impact. Development. Sustainability.

Introdução

Macaxeira, aipim, pão de pobre, pão do Brasil, uapi, pau de farinha, mandioca brava (ou mansa), seja qual for o nome, a mandioca é

reconhecida, entre pesquisadores, como a base da alimentação da maioria da população mundial, podendo ser cultivada em pequenas faixas de terra e por pequenos produtores rurais, além de ser tradicionalmente considerada fonte de emprego e renda, notadamente na região Nordeste do Brasil, onde o consumo, em 1996, foi 17,4 kg/hab/ano e no Brasil, 50,6 kg/hab/ano (EMBRAPA, 2007).

Destaque pela riqueza extrema em carboidratos, à frente do arroz, do milho e da cana-de-açúcar, o tubérculo em questão sistematiza um diferencial, tanto em relação ao seu cultivo, quanto ao resultado da sua produção. O beneficiamento da mandioca ocorre no Nordeste do Brasil de forma artesanal em locais denominados Casas de Farinha, modelo que representa um dos principais entraves no que tange à comercialização e à abertura do mercado.

As Casas de Farinha têm uma peculiaridade em relação ao modelo de produção das indústrias ou fábricas. Além da grande diferença no modo de produzir, o trabalho é desenvolvido por pessoas consanguíneas. A “farinhada” deixa de ser apenas o resultado de um sistema produtivo para albergar também os vínculos familiares na sua execução.

Essa característica diferenciada das Casas de Farinha, em relação a outros modelos produtivos, pode suscitar discussões sobre a sustentabilidade nas comunidades que delas se utilizam e a relação que se estabelece com o ambiente. Tal relação é compreendida pelos modelos gerenciais adotados, ainda presos ao extremo racionalismo e a uma administração de base empírica e pouco estruturada.

Conciliar desenvolvimento e sustentabilidade tornou-se uma bandeira não somente ambientalista, mas também um discurso universal. A questão ambiental que, por longos anos, ficou desmerecida, principalmente pelas autoridades governamentais, tem hoje uma atenção especial, uma notoriedade como nunca se viu. O tema aparentemente emergente consolida-se com bastante veemência e agrupa vários segmentos sociais.

O enlace entre desenvolvimento e sustentabilidade surge, portanto, como mecanismo de reorientação dos procedimentos adotados pela

civilização humana no decorrer dos anos. A crise, que ora se instala e que, na maioria das vezes, remete ao caos, pode ser, até pela existência deste, o aporte para o novo, uma possibilidade de mudança.

Diante do exposto, este trabalho propõe descrever o modelo das Casas de Farinha e questionar de que maneira as unidades de beneficiamento da mandioca contribuem para os impactos sociais e ambientais, especificamente na comunidade de Campinhos em Vitória da Conquista no Sudoeste baiano.

Referencial teórico

A história da humanidade foi marcada por uma luta incessante pela sobrevivência. Essa luta nem sempre aconteceu com equidade, seja pelos aspectos econômicos, políticos, sociais, seja pela posição geográfica que, quando não é estratégica, dificulta a relação homem-natureza e dá origem a uma batalha árdua para que as necessidades humanas sejam atendidas.

É contraditório, porém necessário, reconhecer que o homem sempre teve atitudes pretensiosas, venceu inúmeras crises, desafios e limitações e considerou-se superior diante das forças naturais. Atualmente, esse homem vive em torno de um apelo comum e global de convivência, em que os méritos, as leis e os paradigmas são colocados diante de um novo prisma: a sobrevivência no planeta Terra, sustentada em um desenvolvimento equitativo, voltado para questões, até então não elucidadas com tanta veemência, referentes à construção da sua história, ou seja, o meio ambiente.

Diante desse quadro e considerando o ambiente não um elemento periférico, mas o principal foco de estudo para a reestruturação social e econômica das comunidades, cidades, metrópoles e/ou nações, o conhecimento nessa área se torna o elemento-chave de pesquisa para a estruturação de uma nova vertente, o que dá o caráter de complexidade e referência que ele possui nos dias atuais, como salienta Ferreira (apud HOGAN; VIEIRA, 1995, p. 76):

Os programas de desenvolvimento orientados para a satisfação das necessidades humanas, tendo em vista as potencialidades de suporte biofísico, ultrapassam a racionalidade econômica convencional, porque comprometem-se com um novo humanismo bem como com um novo “contrato natural”, necessários e urgentes diante dos índices alarmantes de pobreza enfrentados pelo terceiro mundo.

A Administração, enquanto ciência, dentro do contexto e da problemática ora apresentada, alicerça o entendimento da prática gerencial como mediadora necessária ao alcance de ajustes e resultados esperados. Ela se torna um desafio quando desenvolvida em condições de incerteza, instabilidade e imprevisibilidade, conforme assinala Andrade e Amboni (2009). Para esses autores, o desempenho da organização ou de um sistema é mensurado como um todo em um determinado contexto e está diretamente relacionado aos conceitos de eficácia, eficiência, efetividade e relevância.

A discussão, ora apresentada, chama atenção para um modelo econômico ilimitado, que supostamente serviu para atender às necessidades humanas e ao desenvolvimento da sociedade, pondo em risco a própria contextualização material do sistema econômico vigente. Outrora, esse próprio aparato externaliza um custo social e ambiental alto, que gera uma fluência para as desigualdades socioeconômicas e ambientais.

A vida humana no planeta clama por uma postura mais equitativa diante do conceito de desenvolvimento econômico. É necessário sair da ética individualista e incorporar um pensamento holístico que permita à sociedade se sentir corresponsável por um Planeta que é coletivo. Como ressalta Becker (2001), é urgente pleitear a junção da ética, da solidariedade e da alteridade por um problema universal.

Essa corresponsabilidade do homem com o meio ambiente determina um novo modelo socioeconômico e encontra embasamento teórico na Ecologia Profunda, concepção defendida por Capra (1996), que não separa o homem da natureza, do ambiente, na verdade não separa nada do meio ambiente. Tal concepção não vê o mundo como

um conjunto de objetos isolados, e sim como uma complexa rede de fenômenos interligados e interdependentes, numa abordagem sistêmica. Logo, reconhece o valor de todos os seres vivos e encara o homem como um dos filamentos da teia da vida. O conceito de Ecologia Profunda vai de encontro ao de Ecologia Rasa, cuja visão é antropocêntrica. O homem, aqui, é fonte de todo valor, está acima (ou fora) da natureza e a considera apenas um apêndice, um instrumento.

Incorporar as questões ambientais como o repto central do nosso tempo é assinalar o comportamento emergente deste século, que surge em detrimento de uma modernidade esperada, na qual o ser humano volte a ser parte da natureza e não esteja à parte. Hoje, a história ambiental permite visualizar a complexidade na história ambiental passada e cria, ao mesmo tempo, uma perspectiva para a construção de uma racionalidade ambiental (LEFF, 2003).

O assunto desenvolvimento econômico envolve inúmeras definições e contextos. Antes de 1970, quando foram feitas reflexões tomando por base o homem e o meio ambiente, bem como a utilização dos recursos naturais, o elo conceitual de desenvolvimento e crescimento aproximava-se muito de intervenções políticas e ações econômicas que orientavam o processo produtivo para o uso intensivo de recursos, com a finalidade ímpar de aumentar a produção, o consumo e a riqueza, reproduzindo e alimentando assim a essência do sistema capitalista (SILVA; MENDES, 2005; FURTADO, 1974).

Tornou-se redundante e, ao mesmo tempo, inevitável adjetivar de sustentável a palavra desenvolvimento, embora haja ainda refutações a respeito disso, pois algumas indagações (*como produzir, do que, e para quem*) se adjetivaram e se consolidaram ao longo do tempo, mediante a intersecção das dimensões espacial, social, ambiental, cultural e econômica. O desenvolvimento não pode compreender apenas a esfera econômica, de produção e geração de riqueza. Ele deve ser abordado na dinâmica, levando em consideração a interdependência e a inter-relação das variáveis envolvidas em um sistema complexo (SILVA; MENDES, 2005; FURTADO, 1974; CAPRA, 1996).

O atual conceito de Desenvolvimento Sustentável é originário do Relatório Brundtland⁵, que o define pelo comprometimento com as mudanças no estilo de produção e geração de riqueza: “desenvolvimento que satisfaz as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades”.

O tema desenvolvimento sustentável não se esgota nesse conceito reflexivo do relatório de Brundtland⁶, *Nosso Futuro Comum*, refere-se, no entanto, a um processo de compreensão alternativa em face das presentes transformações. O assunto não se limita a *o que e para quem produzir*, mas ao *como produzir*, questão fundamental para garantir a continuidade do bem ou do serviço em questão (SILVA; MENDES, 2005).

Embora muitos autores e pesquisadores não consigam dissociar desenvolvimento de sustentabilidade, o ideal é que se estabeleça uma dicotomia, um espaçamento de ponderação e significado, uma vez que não há sinonímia entre ambos, como pensam alguns, há uma complementaridade, jamais uma redundância ou espécie de pleonasma forçado (SILVA; MENDES, 2005; ULTRAMARI, 2003).

O distanciamento conceitual está entre a eficiência e a eficácia outorgadas a um ou a outro termo. Em outras palavras, a sustentabilidade está relacionada diretamente com o fim específico, o lugar aonde se pretende chegar; o desenvolvimento é o mediador, é o como se pretende chegar a algum lugar e a junção dos dois termos se constrói e se faz visível a partir da definição de um conceito que abre o olhar sobre o que até então era invisível, impensável, ou seja, a sustentabilidade (SILVA; MENDES, 2005; LEFF, 2003).

Ciente de que sua sobrevivência dependia diretamente da relação com a natureza e com os recursos por ela disponibilizados, o homem, ao longo do tempo, aumentou a capacidade de interferir no meio para satisfazer suas necessidades. Isso desencadeou muitos problemas em razão do mau uso do espaço físico ou dos recursos disponíveis e

⁵ Relatório Mundial sobre o estado do meio ambiente, também chamado de *Nosso Futuro Comum*. Esse Relatório foi coordenado por Gro Brundtland, ministra da Noruega.

⁶ Em 1987, em Estocolmo, na Suécia, a ONU publicou o documento *Nosso futuro comum*. Em raras vezes, o Planeta esteve em evidência e levou a humanidade a repensar na sua postura diante deste, uma vez que as alterações oriundas da intervenção do homem na natureza implicariam ameaça à vida e ao desenvolvimento espacial da Terra.

provocou sérios impactos ambientais (VIANA; SILVA; DINIZ, 2001; PHILIPPI JR.; ROMERO; BRUNA, 2004).

Alguns elementos como a concentração populacional, o crescimento desordenado dos espaços físicos e a exploração desregrada dos recursos naturais disponíveis provocaram impactos positivos ou negativos, a exemplo da degradação humana, da proliferação de doenças, da concentração de renda, vetores biológicos, entre outros (SILVA; VIANA, 2006).

O Impacto Ambiental deve ser entendido como “toda e qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e ou biológicas do meio ambiente, em razão dos efeitos causados por matéria ou energia associada à atividade humana”, conforme estabelece a Resolução 01 do CONAMA7 de 23.01.86.

Alvarenga e Souza (2000) ressaltam que um impacto ambiental tem relação direta com alguma atividade humana, ou seja, provém de ações que provocam alterações em alguns ou em todos os componentes do sistema ambiental. Eles justificam o estudo de impacto ambiental e defendem que a investigação ocorra por dois caminhos: a situação atual e a futura, denominadas, respectivamente, diagnóstico ambiental e prognóstico ambiental.

A essência capitalista foi fortalecida nos preâmbulos da história pelo mérito produtivo. Produzir, via de regra, contextualizou a adjetivação precisa para expandir e consolidar esse modelo econômico, na maioria das vezes, sem o uso racional dos recursos naturais envolvidos.

Ainda que não compactuasse diretamente com a expansão e com o fortalecimento do sistema capitalista, foram os índios que disseminaram alguns procedimentos produtivos em nossa cultura. As casas de farinha são exemplos dessa intervenção (CONCEIÇÃO, 1981) e ponto de discussão e referência neste trabalho.

⁷ O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e foi instituído pela [Lei 6.938/81](#), que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo [Decreto 99.274/90](#). O CONAMA é composto por [Plenário](#), [Câmaras Técnicas](#), [Grupos de Trabalho](#) e [Grupos Assesores](#). O Conselho é presidido pelo Ministro do Meio Ambiente e sua Secretaria Executiva é exercida pelo Secretário-Executivo do MMA. O Conselho é um colegiado representativo de cinco setores, a saber: órgãos federais, estaduais e municipais, setor empresarial e sociedade civil.

Como macaxeira, aipim, pão de pobre, macamba, uaipe, pau de farinha ou, simplesmente, mandioca, essa raiz se faz presente em todo território brasileiro, caracterizada por duas vertentes produtivas: as indústrias com alto nível de tecnicidade, localizadas no Centro-sul do país e as unidades industriais, concentradas no Norte e Nordeste do Brasil. Embora pouco tecnificadas, estas são as maiores produtoras e consumidoras de farinha de mandioca.

Nesta pesquisa, concentraremos nossa atenção no segundo estilo de produção. A Casa de Farinha é o local onde se transforma a mandioca em farinha, ingrediente usado na alimentação de várias pessoas. Da farinha, subtraem-se derivados como a goma, que dá origem ao beiju e a tapioca, por exemplo, produtos que, em 1551, conforme resgata Conceição (1981), eram apreciados por Manoel da Nóbrega. O padre Jesuíta, em visita a Pernambuco, contextualizava a importante participação dos índios no fabrico de tais produtos.

O trabalho nas Casas de Farinha, adjetivado por Simmel (1983) como uma atividade coletiva e solidária, deve ser considerado pela natureza do trabalho empreendido, pela qualidade das condições de trabalho, e não a partir de relações interpessoais com ajuda mútua. Isso caracteriza a farinhada como um acontecimento intensivo na vida comunitária e põe em evidência a amizade, a cordialidade e a sociabilidade como fatores afins para a execução de uma atividade econômica de bases tradicionais e culturais.

A farinhada acontece na Casa de Farinha, espaço social de maior expressividade na vida em comunidade. Homens e mulheres, nesse momento, representam, como bem contextualiza Simmel (1983), parte de uma coletividade para a qual vivem, mas da qual retiram seus valores e contribuições. O sistema de valores pode ser também entendido, segundo Robbins (2004), como a identificação de importância que se atribui a itens como liberdade, prazer, cultura, auto-respeito, honestidade, obediência e justiça, de uma maneira específica de condutas e concepções individuais ou socialmente aceitas pelo grupo.

Procedimentos Metodológicos

Como salienta Gil (2002), o objetivo das pesquisas exploratórias é proporcionar maior familiaridade com o problema para torná-lo mais claro, aprimorar ideias ou ter intuições. Para edificação de estudo de cunho exploratório, foi utilizado o levantamento de dados a partir de fontes primárias e fontes secundárias. Para realizar a primeira etapa da pesquisa, utilizou-se da constituição do primeiro instrumento: visitas à comunidade e entrevistas com aplicação de questionários com os proprietários das Casas de Farinha em funcionamento no período da investigação – maio e junho de 2009. Serviram como fontes secundárias documentos, resultados de relatórios e estatísticas, além de relatos de profissionais e de moradores antigos da região.

Serviram como objeto de estudo desta pesquisa 25 Casas de Farinha em funcionamento no período da investigação. Esse número representa 100% dos estabelecimentos do território em questão. Apesar de não haver registros dessas unidades agroindustriais na comunidade ou nos órgãos responsáveis, não houve critério para que fossem indicadas.

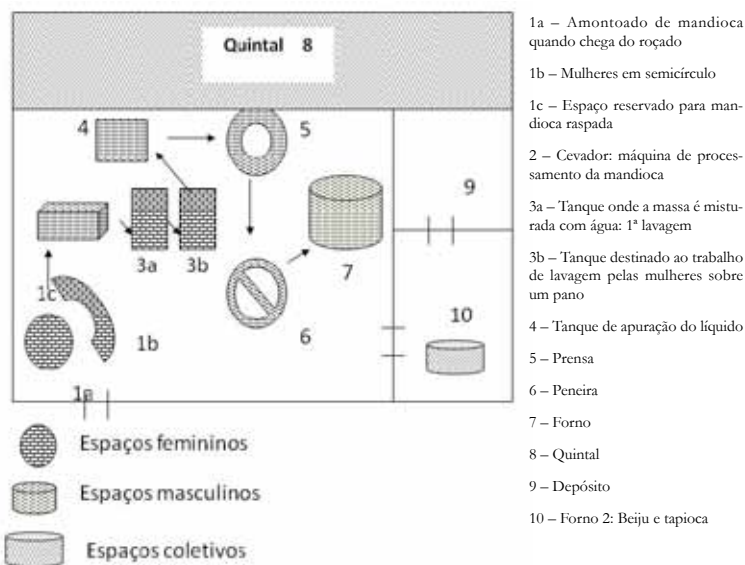
Em um segundo momento, para evidenciar os impactos ambientais oriundos das Casas de Farinha, adotou-se como metodologia, particular e específica, a construção de uma Matriz de Impactos Ambientais. Essa matriz tem, segundo Braga et al. (2002) e mediante comparação com outros métodos de mensuração de impactos ambientais, a possibilidade de disciplinar os raciocínios e os procedimentos destinados a identificar os agentes causadores e as respectivas modificações decorrentes de uma determinada ação, ou conjunto de ações, bem como apresentar, como parte complementar do processo, ações mitigadoras para dirimir os impactos de um referido empreendimento (CUNHA; GUERRA, 2000; FACHINI; SANT'ANNA, 2003). Para efeito didático e em função da extensão visual do RIMA⁸, neste trabalho, os impactos sociais e ambientais serão apresentados em caráter discursivo, mediante dados da pesquisa com a comunidade e leitura da matriz que também contribuiu para viabilizar esta contextualização.

⁸ O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) reflete todas as conclusões apresentadas no Estudo de Impactos Ambientais (EIA).

Resultados e discussão

O espaço físico, discriminado pela Figura 1 (abaixo), reflete as dimensões territoriais do trabalho feminino e masculino e referenda a essência de um trabalho solidário e coletivo (SIMMEL, 1983). Com a divisão de tarefas estruturada e a especialização do trabalho sistematizada, a linha de produção é um elo entre o fim da atividade de um e o início da tarefa do outro.

Figura 1 – Divisão das etapas produtivas da Casa de Farinha – Planta Ilustrativa⁹ (está em arquivo separado. Será inserida quando da diagramação)



Fonte: Dados da pesquisa

O sistema de valores pode ser também entendido, segundo Robbins (2004), como a identificação da importância que se atribui a itens como liberdade, prazer, cultura, autorrespeito, honestidade, obediência e justiça, ou seja, condutas ou concepções adotadas.

⁹ O modelo acima apresentado não se refere a nenhum padrão de Casas de farinha, mas responde a um arranjo mais próximo daquele que se repete entre as unidades visitadas.

O trabalho feminino na produção é de fundamental importância, cabendo às mulheres o papel de raspadeiras e tiradeiras de goma. Dessa forma, se elas não iniciarem as suas atividades, o processo produtivo fica comprometido. O trabalho masculino está direcionado a funções como forneiro, cevador, preneiro etc., atividades que exigem mais força e destreza e normalmente representam algum risco. Nas Casas de Farinha, a divisão de tarefas entre homens e mulheres é bem definida. Essa segmentação também ocorre na ocupação dos espaços físicos, conforme demonstra a Figura 1.

A Administração tem uma base empírica, mas seus gerenciadores não a percebem como tal. As decisões são tradicionalistas, próprias da cultura regional. Aspectos como eficiência, eficácia, efetividade e relevância são desconsiderados, por não haver um trato sistematizado para alocação desses critérios. Isso reafirma a conotação empírica, como salienta Andrade e Amboni (2009) e demonstra falta de anuência gerencial e comprometimento com os resultados.

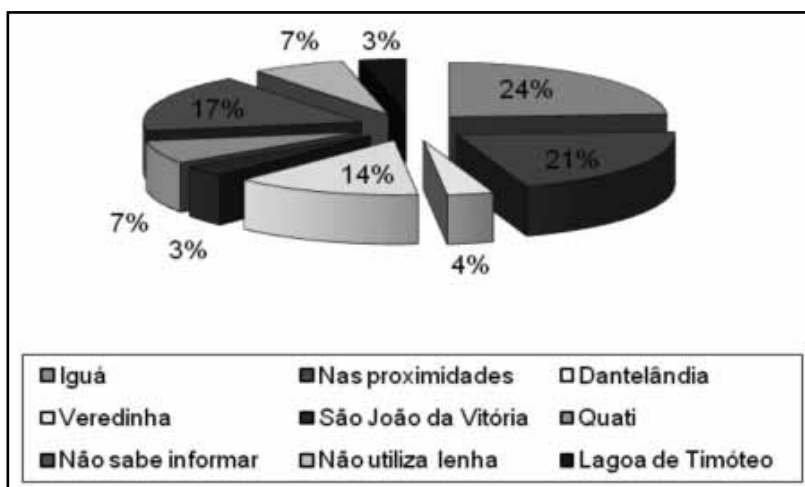
Há que se considerar também a distinção existente entre a remuneração dos homens e das mulheres. As mulheres, a exemplo de outras tendências profissionais, recebem um valor menor do que os homens. Ainda que a jornada de trabalho de ambos seja igual – 10 horas diárias em média – predomina a diferenciação da mão de obra contratada.

A maioria dos proprietários das Casas de Farinha são homens, correspondendo a 69%, mas o percentual feminino também é representativo, na margem de 31%. Ao serem interrogados sobre o motivo da escolha dessa atividade, 60% reconhecem a tradição familiar como ponto principal da preferência.

Outra informação a ser considerada também é que 83% dos proprietários das Casas de Farinha fazem uso da lenha como fonte natural de energia no processo produtivo. Estima-se, pelos dados coletados nesta pesquisa, que cada uma das 25 farinheiras alocadas na comunidade de Campinhos utiliza de 5 a 10m³ de lenha por semana. Com dados mais precisos, isso significa que um caminhão de eixo 2, como os que circulam na comunidade, transporta 20 m³ de lenha. Desse modo, se

são 25 empreendimentos com uma média de 8m³ de lenha cada um, o consumo semanal fica estimado em 200m³ e seriam necessários 10 caminhões para a combustão dos fornos. Isso prejudica, portanto, e de forma bastante significativa, o resto da mata nativa existente na região, a biota local, a qualidade do solo, a qualidade do ar atmosférico, entre outros, e reafirma o que foi discutido anteriormente com base em Rocha e Cerqueira (2006).

Figura 2 – Origem da lenha utilizada na produção das Casas de Farinha



Fonte: Dados obtidos em pesquisa de campo realizada entre maio e junho de 2009 na comunidade de Campinhos - Vitória da Conquista - BA

Em outro relato, J.F.F.S¹⁰ afirma que, na região, algumas madeiras nativas tornaram-se relíquias, espécies lendárias, por não serem vistas com tanta frequência como em tempos passados. É o caso do angico, da baraúna, do pau d'arco, do caboclo, da canela, da catuá e outras espécies.

Na região Nordeste, a população rural possui uma forte relação de dependência com a lenha. Esta é responsável pelo sustento de milhares de famílias, além de manter a produção de vários empreendimentos regionais, como é o caso específico das Casas de Farinha, atividade semi-

¹⁰ Filho da região, 61 anos, comerciante conquistense, viveu boa parte da infância na comunidade por ter um pai também proprietário de Casa de farinha.

industrial em que a lenha é a principal fonte energética do seu sistema de produção (GOMES; SILVA; SANTANA, 2000).

As casas de farinha em funcionamento na comunidade de Campinhos trabalham na informalidade e não possuem registro como pessoa jurídica nos órgãos públicos competentes, portanto, não se configuram como tal. Para os entrevistados, ainda que em percentuais diferenciados, formalizar a atividade é uma questão inviável.

No início, a produção de mandioca nas propriedades rurais era de responsabilidade dos pequenos produtores e suficiente para abastecer as poucas Casas de Farinha existentes. Com o passar do tempo, a atividade deixou de ser pioneira e passou a fazer parte da tradição dos Campinhos. Hoje, para atender a demanda, é necessário contar com a produção de cidades circunvizinhas.

Com o intuito de evidenciar (por meio da Matriz de Interação, instrumento de avaliação de Impactos Ambientais) os principais impactos ambientais oriundos da produção das Casas de Farinha, 19 ações humanas foram catalogadas e, mediante intersecção, comparadas a 13 impactos físicos, 9 impactos antrópicos e 3 impactos bióticos. De acordo com os elementos do estudo, verificou-se uma ação erosiva ao meio, oriunda da atividade econômica, cujos efeitos negativos estão em torno de 95%. Os impactos positivos rodeiam 5% e estão mais concentrados no fator geração de emprego e renda, comprometido pela baixa remuneração e ausência de capacitação profissional. As atividades que envolvem desmatamento, monocultura, trabalho juvenil, queimadas e aplicação de agrotóxicos, embora incidam uma remuneração direta, indiretamente, são responsáveis pela erosão do meio (GOMES apud BECKER, 2001).

Além da ocupação desordenada, os Campinhos sofrem também com a ausência de saneamento básico (causadora de doenças) e com a degradação da Comunidade. A falta de políticas públicas para regulamentar as atividades ou intervir no ambiente em questão torna as ações uma rotina. Desse modo, a população se acostuma com a paisagem destruída pela erosão e não se esforça para modificar isso. O lixo acumulado e os resíduos do funcionamento das farinheiras denotam

mais um impacto negativo a ser observado. Eles afetam toda a extensão territorial, contaminam os solos e os lençóis freáticos com a liberação de uma enorme quantidade de manipueira e causam, além de um aspecto negativo na paisagem, um odor agressivo na comunidade. Ações humanas como desmatamento, monocultura e queimadas pertencem a um modelo tradicionalista de produção.

Com relação à execução do trabalho e às condições legais e físicas, às quais estão submetidos os trabalhadores das Casas de Farinha, os impactos também são negativos e podemos afirmar que se estendem por toda a área da comunidade. A falta de higiene, a exposição a um ambiente de trabalho insalubre e a falta de saúde ocupacional comprometem seriamente a integridade dos trabalhadores (BARBOSA FILHO, 2001).

Os impactos ambientais observados são, em sua grande maioria, de incidência direta em relação aos seus efeitos. Uma vez analisados os impactos surge uma preocupação emergencial em face do quadro que ora se apresenta.

Ao considerar a intensidade dos impactos ambientais, evidencia-se o elemento força, que representa o teor dos impactos na reprodução do modelo produtivo ora empregado e gera um ambiente alvo de erosão ambiental, social e humana, confirmando o que foi defendido anteriormente por Gómez (apud BECKER, 2001).

A reversibilidade por meio de uma intervenção precisa, provavelmente pelas entidades públicas, é possível. Pelo fato de as Casas de Farinha estarem na informalidade e não possuírem estrutura suficiente para competir no mercado, são necessárias alternativas que venham a promulgar a sustentabilidade comunitária, ressaltando mais uma vez o discurso propalado por Gómez (apud BECKER, 2001).

Verificados os impactos ambientais e suas consequências, chega-se a uma conclusão alarmante acerca das atividades desenvolvidas pelas Casas de Farinha na comunidade de Campinhos. A maioria dos impactos observados, 81,76%, estão classificados na linha de magnitude elevada; 18% concentram-se no núcleo mediano e menos de 1% poderia ser considerado irrelevante. O desmatamento, a manipueira, a monocultura,

as queimadas, o uso da lenha para combustão dos fornos são elementos de impacto de magnitude alta. Eles são responsáveis pela erosão do meio e por outros efeitos negativos também, como foi demonstrado neste estudo.

Considerações finais

Da sustentabilidade social e econômica emerge um novo saber: o ambiental. Este surge de uma reflexão dos propósitos acerca da construção do novo modelo social que propõe um ambiente mais justo, mais humano e, principalmente, mais sustentável.

Quando muitos discursos atuais referem-se à essência do agir local em consonância com as preocupações globais, essa linha de ação permite albergar ações mais próximas do contexto preterido por alguns que pleiteiam melhorias no seu território. Enquanto cidadãos, todos são co-responsáveis pelo despertar, pela construção desse novo saber e de um modelo social mais justo, equitativo e sustentável.

O objeto de estudo deste trabalho, as Casas de Farinhas, seu modelo produtivo, seus atores sociais, a comunidade, o desenvolvimento e a sustentabilidade fizeram, aqui, parte de uma discussão que não pretende esgotar e conclama novas investigações.

Entendendo que a sustentabilidade é um projeto coletivo, o que se espera é a continuidade das ações e a perpetuação da comunidade de Campinhos, além de uma política de melhoria da qualidade de vida e de trabalho dos seus moradores. Com isso, esferas maiores, como as instâncias públicas, por exemplo, devem intervir para alcançar um modelo de produção assentado não apenas na produtividade, mas sobretudo na vida humana (tomada em essência), na capacitação e educação profissionais. Uma vez alicerçada, a Comunidade perpetuar-se-á no mercado e a ciência Administrativa será um entre tantos aportes necessários à efetivação e consideração da prática gerencial outrora adotada.

Diante do que foi apresentado, é importante que a comunidade de Campinhos seja objeto de estudo de outras investigações para que, assim, ela renasça em face do Desenvolvimento Sustentável.

Por fim, é preciso que se veja a referida Comunidade não apenas como um território-mor, mas como um albergue natural de questões sociais, econômicas, políticas e sobretudo culturais. A valorização desses aspectos, tanto no que concerne a sua continuidade ou a sua melhoria, é o que pode orientar qualquer investigação proposta a melhorar o espaço que extrapola o território físico da comunidade. Essa é uma tarefa de todos, enquanto agentes transformadores e socialmente responsáveis.

Referências

ALVARENGA, Maria Inês Nogueira; SOUZA, Jéferson Antônio. Bases para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). *EPAMIG*, Belo Horizonte, v. 21, n. 207, 2000.

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes; AMBONI, Nério. *Teoria geral da administração*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

BARBOSA FILHO, Antonio Nunes. *Segurança do trabalho e gestão ambiental*. São Paulo: Atlas, 2001.

BECKER, Dinizar Fermiano (Org). *Desenvolvimento sustentável: necessidade ou possibilidade*. 3. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

BRAGA, Benedito et al. *Introdução à engenharia ambiental*. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CAPRA, Frijot. *A teia da vida: uma compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1996.

CONCEIÇÃO, Antônio José da. *A mandioca*. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1981.

CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antônio José Teixeira (Org). *Avaliação e perícia ambiental*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

EMBRAPA. *Cultivo da mandioca para a região semi-árida*. Disponível em: <[http://Casa de farinha2\ Ministério da Agricultura\Mudas e Sementes#](http://Casa%20de%20farinha2%20Minist%C3%A9rio%20da%20Agricultura%20Mudas%20e%20Sementes#)>. Acesso em: 4 maio 2007.

FACHINI, Soraia Cristina Ribas; SANT'ANA, Fernando Soares Pinto. *Estudo de impacto ambiental da ampliação do aeroporto de Londrina (PR): estudo de caso*. Santa Catarina: UFSC, 2003.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Laura Jane; SILVA; Carlos Miranda da; SANTANA, Valdirene Santana. *Procedência e consumo de lenha de Casas de Farinha nos limites do parque nacional Serra de Itabaiana – Sergipe*. UFSE, 2000.

Disponível em: <www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/LauraGomes.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2006.

HOGAN, Daniel Joseph; VIEIRA, Paulo Freire (Org.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

LEROY, Jean Pierre. Da comunidade local às dinâmicas microregionais na busca do desenvolvimento sustentável. *Revista Proposta*, Rio de Janeiro FASE, n. 71, fev. 1997.

PHILIPPI JR., Arlindo; ROMERO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet (Ed.). *Curso de gestão ambiental*. Barueri, SP: Manole, 2005. (Coleção Ambiental, v.1).

ROBBINS, Stephen P. *Fundamentos do comportamento organizacional*. 7. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

ROCHA, Vera; CERQUEIRA, Anilson Roberto. *Projeto para implantação do gerenciamento e tratamento de resíduos oriundos do processamento da mandioca*. Vitória da Conquista: COOPASUB, 2006.

SILVA, Christian Luiz da; MENDES, Judas Tadeu Grassi. *Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 2005.

SILVA, Elias; VIANA, Mauricio Borratto. *Técnica de Avaliação de Impactos Ambientais*. CPT Multimídia. Universidade de Viçosa. 1º 20” 16`. (2006).

SIMMEL, George. Sociabilidade – um exemplo da sociologia pura ou formal. In: _____. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção grandes Cientistas Sociais).

ULTRAMARI, Clovis. Da viabilidade de um desenvolvimento urbano sustentável. *Boletim Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 33, 2003.

VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo. (Org.). *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. Documentário gravado em DVD.

Recebido em: outubro de 2011

Aprovado para a publicação em: outubro de 2011